

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2015

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**Concurso Público para provimento de cargos de
Auxiliar da Fiscalização Financeira II**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AFF', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

A gerontologia, palavra cunhada em 1903, é a ciência que estuda a velhice. Como um campo de saber específico, cria profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas no envelhecimento. Assim, uma nova categoria cultural é produzida: os idosos, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social. A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez maior.

Terceira idade é uma expressão que surge na década de 1970, quando foi criada na França a primeira universidade voltada para pessoas com setenta anos ou mais. Essa expressão não é apenas uma forma de nomear os mais velhos sem uma conotação pejorativa. Sinaliza, antes, mudanças no significado da velhice. Trata-se de celebrar a velhice como sendo um momento privilegiado para o lazer. A invenção da terceira idade, ou "melhor idade", indicaria assim uma experiência inusitada de envelhecimento, em que o prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas ofereceria aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à satisfação pessoal.

A visão da velhice como um processo contínuo de perdas e de dependência, responsável por um conjunto de imagens negativas associadas a ela, tem sido substituída pela consideração de que esse é um momento fecundo para novas conquistas. Proliferaram, na última década, programas voltados para a terceira idade, como as universidades e os grupos de convivência.

Contudo, o sucesso dessas iniciativas é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com a velhice avançada. A nova imagem do idoso não oferece instrumentos capazes de enfrentar a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como capaz do exercício pleno dos direitos de cidadania. A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade fecha o espaço para outras iniciativas voltadas para o atendimento das situações de abandono e dependência que marcam o avanço da idade. As perdas próprias do envelhecimento passam, então, a ser vistas como consequência da falta de envolvimento dos mais velhos em atividades motivadoras ou da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados.

É, portanto, ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida, e não propriamente a um grupo etário específico.

(BOTELHO, S. & SCHWARCZ, L. H. **Agenda Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 544-553)

1. Considere as afirmações abaixo.
- I. Infere-se do texto que a imagem do idoso capaz do exercício pleno dos direitos de cidadania é incompatível com os instrumentos de que dispomos para enfrentar a decadência de habilidades cognitivas, físicas e emocionais.
 - II. Depreende-se do texto que representar a terceira idade como um momento da satisfação pessoal é ferramenta fundamental para a criação de iniciativas que se ocupem do atendimento às situações de abandono e dependência que ocorrem na velhice.
 - III. É opinião da autora do texto que as perdas relativas ao envelhecimento podem ser atenuadas, desde que os mais velhos envolvam-se em atividades motivadoras ou adotem formas de consumo e estilos de vida apropriados.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

2. No texto, constituem uma causa e sua decorrência, respectivamente:
- (A) a visão da velhice como um processo contínuo de perdas e de dependência // o surgimento de uma atitude mais tolerante em relação a esse período da vida.
 - (B) o fato de o número de idosos ser cada vez maior na sociedade // a celebração da velhice como uma idade em que novas possibilidades se abrem para o lazer.
 - (C) a criação da expressão "melhor idade" // a necessidade de um termo sem conotação pejorativa para nomear o processo de prolongação da vida.
 - (D) as mudanças no significado da velhice para a sociedade // a criação da expressão "terceira idade".
 - (E) a criação de novas atividades destinadas aos idosos // o surgimento de profissionais especializados no envelhecimento.



3. A frase cuja REDAÇÃO está inteiramente correta é:
- (A) Certamente foram ampliados, com o conjunto de novas práticas que acompanham a invenção da terceira idade, o leque de escolhas de como viver o envelhecimento.
 - (B) Afirmar que as categorias de idade são construções culturais – sujeitas, portanto, a mudanças históricas – não significa dizer que elas não têm efetividade.
 - (C) Na velhice, devem haver perdas próprias da idade que continuarão a ser um fato que não se deseja e cuja existência nega-se de forma cada vez mais sofisticada.
 - (D) Seguiram-se do aumento de sua capacidade de exigir mais e implementar demandas políticas, o crescimento do número de aposentados.
 - (E) Indaga-se se os velhos serão vistos como pessoas sedentárias e inativas, a consumir recursos públicos que se alocaria e distribuiria para outros setores da sociedade.
-
4. *Proliferaram, na última década, programas voltados para a terceira idade.* (3º parágrafo)
- O segmento grifado exerce na frase acima a mesma função sintática que o segmento também grifado em:
- (A) *As perdas próprias do envelhecimento* passam, então, a ser vistas como.. (4º parágrafo)
 - (B) *É, portanto, ilusório pensar que essas mudanças...* (último parágrafo)
 - (C) *...quando foi criada na França a primeira universidade voltada...* (2º parágrafo)
 - (D) *A gerontologia (...)* é a ciência que estuda a velhice. (1º parágrafo)
 - (E) *...ofereceria aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde...* (2º parágrafo)
-
5. Mantendo-se o sentido e a correção da frase, o segmento grifado pode ser corretamente substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *A invenção da terceira idade [...]* indicaria assim uma experiência inusitada de envelhecimento (à insólita experiência de envelhecimento)
 - (B) *essa etapa da vida* é propícia à satisfação pessoal (assegura a satisfação pessoal)
 - (C) *instrumentos capazes de* enfrentar a decadência de habilidades cognitivas (mitigar à ruína)
 - (D) *esse é um momento* fecundo para novas conquistas (enseja a novas conquistas)
 - (E) *uma atitude mais tolerante* em relação às idades. (no que tange as faixas etárias)
-
6. Uma REDAÇÃO alternativa para uma passagem do texto, em que se mantém a correção e a coerência, está em:
- (A) Vê-se como resultante da falta de envolvimento dos idosos em atividades motivadoras as perdas próprias do envelhecimento, cujas formas de consumo e estilos de vida estão inadequados.
 - (B) Por meio da expressão "terceira idade", os mais velhos são nomeados sem conotação pejorativa; pelo contrário, tratam-se de mudanças no significado da velhice que a celebra como um momento privilegiado para o lazer.
 - (C) Não se oferece, a partir da nova imagem do idoso, instrumentos capazes de enfrentar, na nossa sociedade, a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais fundamentais.
 - (D) À medida que os idosos passam a representar uma parcela cada vez maior da população, aumenta a preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento.
 - (E) Uma vez criada, na França, a primeira universidade dedicada aqueles cuja idade estava acima de setenta anos, foi que surgira, na década de 1970, a expressão "terceira idade".
-
7. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi feita corretamente no segmento que se encontra em:
- (A) *que impõe* outro recorte à *geografia social* = que impõe-no à *geografia social*
 - (B) *uma forma de nomear* os mais velhos = uma forma de lhes nomear
 - (C) *cria* profissionais e instituições = cria-lhes
 - (D) *não oferece* instrumentos = não os oferece
 - (E) *ofereceria* aos mais velhos a *oportunidade* = ofereceria-lhes a oportunidade
-
8. *...proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos...* (4º parágrafo)
- Sem que seja feita qualquer outra alteração, a frase acima permanecerá correta caso o verbo seja substituído por:
- (A) contamos
 - (B) empregamos
 - (C) fazemos uso
 - (D) possuímos
 - (E) estamos propensos



Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o poema abaixo.

Outro retrato

*O laço de fita
que prende os cabelos
da moça do retrato
mais parece uma borboleta.*

*Um ventinho qualquer
e sai voando
rumo a outra vida
além do retrato*

*Uma vida onde os maridos
nunca chegam tarde
com um gosto amargo na boca.
[...]*

*Onde os filhos não vão
um dia estudar fora
e acabam se casando
e esquecem de escrever*

*Onde não sobram contas
a pagar nem dentes
postiços nem cabelos
brancos nem muito menos rugas*

*Um ventinho qualquer...
O laço de fita
prende sempre – coitada! –
os cabelos da moça*

(José Paulo Paes)

9. Uma redação alternativa, em prosa, para versos do poema, em que se mantêm a correção e a coerência, considerado o contexto, está em:

- (A) Os filhos, onde um dia vão estudar fora, e acabam se casando e esquecendo de escrever.
- (B) Onde não se tenha contas a pagar, ou dentes postiços, cabelos brancos ou mesmo rugas.
- (C) Uma vida cujos maridos não costumam chegar tarde, com um gosto amargo na boca.
- (D) Um ventinho, qualquer, e sai voando, em direção a vida que se encontra para além do retrato.
- (E) Desventurada a moça, cujos cabelos estão sempre presos pelo laço de fita.

10. Considere as afirmações abaixo

- I. Depreende-se do poema que o “ventinho” mencionado transformaria a vida da moça do retrato, levando-a a uma vida utópica, que não apresenta as agruras do cotidiano e da passagem do tempo.
- II. Em todas as estrofes em que aparece, “onde” pode ser substituído pelo pronome “que” – que retoma “uma vida” – antecedido da preposição “em”.
- III. O fato de o poeta referir-se à moça por “coitada!” (última estrofe) demonstra que da passagem de “um ventinho qualquer”, apesar de ínfimo, advieram circunstâncias negativas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I.
- (E) II e III.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Oito pessoas estão sentadas em volta de uma mesa redonda, ocupando posições equidistantes numeradas de 1 a 8 em sentido horário. A pessoa **A** ocupa a cadeira de número 1, a pessoa **B** ocupa a cadeira de número 2, a pessoa **C**, ocupa a cadeira de número 3 e assim sucessivamente até a pessoa **H** que ocupa a cadeira de número 8. Dado um sinal, a pessoa da cadeira 2 avança para a cadeira 4, a pessoa da cadeira 4 avança para a cadeira 6, a pessoa da cadeira 6 avança para a cadeira 8 e a pessoa da cadeira 8 avança para a cadeira 2. Além disso, as pessoas das cadeiras de números ímpares também trocam de lugares, mas fazem as trocas no sentido contrário: a pessoa da cadeira 1 avança para a cadeira 7, a pessoa da cadeira 7 avança para a cadeira 5, a pessoa da cadeira 5 avança para a cadeira 3 e a pessoa da cadeira 3 avança para a cadeira 1. Depois do sinal dado, dentre as duplas de pessoas destacadas nas alternativas abaixo, a única formada por pessoas que NÃO estão lado a lado na mesa é
- (A) F e E.
(B) C e H.
(C) D e A.
(D) B e G.
(E) E e H.
-
12. Considere verdadeiras as afirmações:
- Daniel não bebe cerveja.
 - Se André prefere doces, então Bernardo bebe água.
 - Se Caio gosta de feijoada, então Daniel bebe cerveja.
 - Bernardo bebe água ou Caio gosta de feijoada.
- A partir dessas afirmações é possível concluir, corretamente, que
- (A) Caio não gosta de feijoada e Daniel bebe cerveja.
(B) Bernardo não bebe água ou André não prefere doces.
(C) Caio gosta de feijoada e Bernardo bebe água.
(D) André prefere doces e Daniel não bebe cerveja.
(E) Caio não gosta de feijoada ou André prefere doces.
-
13. Considere a afirmação:
- Se Kléber é escritor, então ou João é biólogo ou é matemático.
- Uma afirmação equivalente é:
- (A) Se João é biólogo e não é matemático ou se João não é biólogo e é matemático, então Kléber não é escritor.
(B) Se João é biólogo e matemático, então Kléber é escritor.
(C) Se João não é biólogo e é matemático, então Kléber não é escritor.
(D) Se João não é biólogo nem matemático ou se João é biólogo e matemático, então Kléber não é escritor.
(E) Se João é biólogo e não é matemático, então Kléber não é escritor.
-
14. Na sequência, criada com um padrão lógico-matemático, (1; 2; 1; 4; 2; 12; 6; 48; 24; ...) o quociente entre o 16º termo e o 12º termo é igual a
- (A) 35.
(B) 56.
(C) 72.
(D) 42.
(E) 48.



15. É verdade que nenhum professor é rico. É verdade que algum advogado é rico.
- A partir dessas afirmações, é verdadeiro concluir, corretamente, que
- (A) algum advogado é professor.
 - (B) todo advogado é professor.
 - (C) nenhum advogado é professor.
 - (D) algum advogado não é professor.
 - (E) todo advogado não é professor.
-
16. O relógio A marca exatamente 1 hora e 25 minutos. No mesmo instante o relógio B marca exatamente 1 hora e 23 minutos. O relógio A é um relógio que atrasa 10 segundos por hora. O relógio B adianta 10 segundos por hora. O tempo, medido corretamente, necessário para que o horário do relógio B esteja 1 minuto e 30 segundos à frente do horário do relógio A é de
- (A) 11 horas e 15 minutos.
 - (B) 10 horas e 20 minutos.
 - (C) 10 horas e 30 minutos.
 - (D) 11 horas e 45 minutos.
 - (E) 9 horas e 20 minutos.
-
17. Em um grupo de 33 operários da construção civil há serralheiros, carpinteiros e pedreiros. Alguns deles exercem mais de uma dessas funções quando necessário. Nesse grupo não há serralheiro que também não seja pedreiro, e 5 dos serralheiros também são carpinteiros. Os carpinteiros que são pedreiros, também são serralheiros. São 12 os serralheiros que não são carpinteiros. Os demais operários exercem apenas uma dessas funções. Com essas informações é possível determinar que o número de operários que exercem mais de uma função supera o número daqueles que exercem apenas uma função em
- (A) 2.
 - (B) 5.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 1.
-
18. Considere a afirmação condicional: Se Alberto é médico ou Alberto é dentista, então Rosa é engenheira.
- Seja R a afirmação: 'Alberto é médico';
Seja S a afirmação: 'Alberto é dentista' e
Seja T a afirmação: 'Rosa é engenheira'.
- A afirmação condicional será considerada necessariamente falsa quando
- (A) R for verdadeira, S for falsa e T for falsa.
 - (B) R for verdadeira, S for falsa e T for verdadeira.
 - (C) R for falsa, S for verdadeira e T for verdadeira.
 - (D) R for falsa, S for falsa e T for falsa.
 - (E) R for falsa, S for falsa e T for verdadeira.

Informática

19. O sistema operacional Windows 7, em português, possui o menu Iniciar, que oferece uma lista de opções para acessar programas, pastas e configurações do computador. O menu Iniciar
- (A) dá acesso ao Painel de Controle, no qual é possível instalar ou desinstalar programas, configurar conexões de rede, gerenciar contas de usuário, etc.
 - (B) tem o botão de Desligar. Ao clicar neste botão, surge um menu com apenas 2 opções: reiniciar ou desligar o computador.
 - (C) permite que o usuário cole no painel direito os programas aos quais deseja ter acesso rápido.
 - (D) pode ser acessado clicando-se no botão Iniciar localizado no canto inferior direito da tela ou pressionando-se as teclas CTRL e M e I.
 - (E) tem uma caixa de pesquisa, localizada na parte superior do menu.



20. Considere a planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português.

	A	B	C	D
1		Categoria A	Categoria B	Total
2	Item A	R\$ 1.000,00	R\$ 1.230,00	R\$ 2.230,00
3	Item B	R\$ 1.200,00	R\$ 1.990,00	R\$ 3.190,00
4	Item C	R\$ 2.050,00	R\$ 2.060,00	R\$ 4.110,00

Para gerar um gráfico de pizza de forma que sejam considerados apenas os itens A, B e C e seus respectivos totais, é correto selecionar as células de

- (A) B1 a D4.
- (B) A1 a A4 e de D1 a D4.
- (C) A1 até D4.
- (D) A1 a D1, de A2 a D2 e de A3 a D3.
- (E) A2 a D4.

21. Um Auxiliar de Fiscalização Financeira está usando um aplicativo de Correio Eletrônico em um computador com o Windows 7. Ele preencheu todos os campos do *e-mail* e tem uma planilha de 500KB (que está em um diretório local) para enviar ao destinatário. O Auxiliar deve

- (A) fazer o *download* da planilha do diretório para o *e-mail*, selecionar a opção de Anexar Arquivo e enviar a mensagem com a planilha anexada.
- (B) habilitar a opção do Windows 7 para permitir que sejam anexados arquivos, localizar a planilha no diretório, esperar pelo *download* do arquivo e enviar a mensagem com a planilha anexada.
- (C) enviar o *e-mail* e depois enviar a planilha usando um serviço de envio de arquivos, pois a planilha é muito grande para ser anexada.
- (D) selecionar a opção de Anexar Arquivo, localizar a planilha no diretório, esperar pelo *upload* do arquivo e enviar a mensagem com a planilha anexada.
- (E) aumentar a capacidade de anexos do navegador de internet para 500KB, anexar a planilha no navegador e enviar o *e-mail*.

22. Considerando o URL http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/resolucao_12_2006.pdf, é correto afirmar que

- (A) www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files corresponde ao servidor, que é o computador no qual está hospedado o *site*.
- (B) [resolucao_12_2006.pdf](http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/resolucao_12_2006.pdf) corresponde ao arquivo que se deseja acessar.
- (C) [http](http://) é o único protocolo capaz de permitir acesso a qualquer endereço na WWW.
- (D) há erro no URL, pois o certo seria www e não www4.
- (E) há erro no URL, pois o certo seria [resolucao_12_2006.html](http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/resolucao_12_2006.html) e não [resolucao_12_2006.pdf](http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/resolucao_12_2006.pdf).

23. Um Auxiliar da Fiscalização Financeira do TCE de São Paulo deseja imprimir, em uma impressora HP LaserJet 200 color, uma área contínua de uma planilha criada no Microsoft Excel 2010, em português, em uma única página. Porém, este conteúdo ocupa uma página e meia. Para conseguir o que deseja, após selecionar a área que necessita imprimir, o Auxiliar deve clicar no menu Arquivo e, na opção Imprimir, deve selecionar, na divisão de

- (A) configurar o *layout* da página, Reduzir para Caber, depois, clicar no ícone de uma impressora.
- (B) propriedades da impressora, a opção Imprimir Seleção e Ajustar Para Caber, depois, clicar no botão Imprimir.
- (C) configurações, Imprimir Seleção e Ajustar Planilha em Uma Página, depois, clicar no botão Imprimir.
- (D) propriedades da impressora, Células Seleccionadas e Comprimir para Caber, depois, clicar no ícone de uma impressora.
- (E) configurações, Ajustar Seleção em Uma Página, depois, clicar no botão Imprimir.



24. Um Auxiliar do TCE de São Paulo está digitando um manual de Fiscalização Financeira contendo títulos de níveis 1, 2 e 3 e textos normais para cada um destes títulos. Como este manual possui diversas figuras, ele colocou legenda em todas elas utilizando o procedimento que relaciona a legenda ao nível de título a que a figura pertence. Ao final da digitação do manual, o Auxiliar inseriu uma página em branco no início do documento, e deseja gerar automaticamente o índice das figuras. Para gerar este índice, clicou na guia
- (A) Inserir, na opção Gerar Índices Automaticamente do grupo Referências, e no botão Ok.
 - (B) Referências, na opção Inserir Índice de Ilustrações e no botão Ok.
 - (C) Layout da Página, na opção Referências, na opção Gerar Índice de Ilustrações e no botão Ok.
 - (D) Inserir, na opção Índice de Ilustrações e selecionou o modelo de índice desejado.
 - (E) Página Inicial, na opção Índice de Figuras, na opção Modelos de Índices e selecionou o índice desejado.

Atualidades

Atenção: As datas constantes nas questões de números 25 a 30 reportam-se ao ano de 2015.

25. O Ministério da Cultura anunciou em 10 de setembro, em evento no Rio de Janeiro, que o longa dirigido por Anna Muylaert, vai representar o Brasil na disputa pelo Oscar 2016 de melhor filme em língua estrangeira.

(Adaptado: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,1759760>)

Anualmente, o Ministério da Cultura indica um filme brasileiro para participar da festa do Oscar nos Estados Unidos. Neste ano de 2015, foi indicado o filme:

- (A) Infância.
 - (B) Real Beleza.
 - (C) Mulheres no poder.
 - (D) Que horas ela volta?
 - (E) Homem comum.
26. A chegada de refugiados à Europa, na sua maioria sírios, tem criado tentativas de alguns países europeus de barrar o fluxo de pessoas em seu território. Considere a imagem e leia o texto abaixo.

Repórter dá rasteira em refugiado em 09 de setembro de 2015.



(<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/sirio-que-levou-rasteira-de-jornalista-vai-morar-na-espanha>)

Em 01 de setembro, diante da chegada de um grande número de refugiados, o governo deste país optou por impedi-los de acessar a estação central de trem da capital, uma das vias para a Alemanha. O bloqueio era restrito apenas a refugiados. O governo se justificou dizendo que tentava cumprir as regras da União Europeia, que só permite o livre fluxo entre os países-membros para quem possuir passaporte europeu e visto de entrada.

O bloqueio não surtiu efeito e centenas de refugiados decidiram cruzar as fronteiras do país a pé. Diante disso, o governo cedeu. (<http://www.cartacapital.com.br/internacional/perguntas-e-respostas-crise-imigratoria-na-europa-9337.html>)

A imagem e a notícia referem-se à

- (A) Grécia.
- (B) França.
- (C) Itália.
- (D) Áustria.
- (E) Hungria.



27. *Em meio às dificuldades políticas e econômicas, o Brasil teve sua nota de crédito rebaixada em 09 de setembro, pela agência Standard & Poor's (S&P). Com isso, o país entra no grau especulativo – a nota caiu de BBB – para BB+.*

Sobre as consequências deste rebaixamento é correto afirmar que, dentre elas:

- (A) Surgem dificuldades para os governos federal e estaduais desenvolverem mecanismos de financiamento estatal sem recorrer às pedaladas fiscais.
- (B) Ocorre a diminuição da participação do país no comércio internacional, pois muitos exportadores deixam de exportar mercadorias para o Brasil por receio de calote.
- (C) Aumentam as dificuldades do país, principalmente em regiões e países onde estão estabelecidas as sedes das empresas multinacionais que atuam no Brasil.
- (D) Os investimentos podem ser afetados, fazendo com que as empresas enfrentem dificuldades financeiras – o que afeta o emprego e a renda do trabalhador.
- (E) Aumentam os problemas diplomáticos do Brasil com os principais organismos econômico-financeiros como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial.

28. *A vacina chega um ano e meio depois do anúncio oficial da epidemia, que registrou um total de 27.784 casos e 11.294 mortes, segundo dados divulgados de 27 de julho. O anúncio foi feito pela Organização Mundial de Saúde (OMS), especificando que a imunização tem 100% de eficiência.*

Os resultados vêm dos testes clínicos que estão sendo realizados na Guiné, um dos três países que mais têm sofrido durante o atual surto.

(http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/31/ciencia/1438344073_374967.html)

A notícia refere-se à descoberta da vacina contra

- (A) a malária.
- (B) o ebola.
- (C) a elefantíase.
- (D) a varíola.
- (E) a meningite.

29. *Em 02 de agosto, os 193 Estados-membros da ONU chegaram a um acordo sobre o rascunho do documento final que constituirá a nova agenda de desenvolvimento sustentável (ODS), que será formalmente adotada pelos líderes mundiais em Nova York durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em setembro.*

O documento final destaca, como um de seus principais objetivos:

- (A) a expansão da justiça social em todo o mundo.
- (B) o fim das perseguições religiosas no mundo.
- (C) a erradicação da pobreza no mundo.
- (D) o fim do terrorismo na África e no Oriente Médio.
- (E) a luta contra a xenofobia no mundo.

30. *Em diversas cidades brasileiras, representantes do poder público e sociedade civil têm discutido os principais problemas dos núcleos urbanos, entre eles a mobilidade urbana.*

Sobre este problema, analise:

- I. O crescimento da população e da frota de veículos são fatores determinantes para o surgimento de problemas estruturais e as cidades não se prepararam para esse crescimento desenfreado.
- II. A reorganização das vias de circulação, reduzindo os semáforos para travessia de pedestres, é um dos pontos mais indicados para aumentar a velocidade dos veículos e, portanto, a mobilidade urbana.
- III. A dispersão das atividades econômicas pela área urbana aumenta a circulação de veículos, sendo necessário concentrar as atividades na parte central da cidade para onde deveria convergir o transporte público.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) I.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Legislação**

31. Camilo é Ministro do Tribunal de Contas da União. De acordo com a Constituição Federal, Camilo terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos

- (A) Membros do Ministério Público da União.
- (B) Membros do Congresso Nacional.
- (C) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais.

32. No tocante à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, segundo as normas preconizadas pela Constituição Federal brasileira, considere:

- I. Ao Tribunal de Contas da União compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- II. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, semestralmente, relatório de suas atividades.
- III. As decisões do Tribunal de Contas da União, de que resulte imputação de débito ou multa, não terão eficácia de título executivo, dependendo de prévia ratificação expressa pelo Supremo Tribunal Federal.
- IV. Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas serão escolhidos pelo Congresso Nacional e um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

33. Joana e Fabrícia pretendem fazer parte da composição do Tribunal de Contas da União, sendo que ambas possuem idoneidade moral e reputação ilibada. Joana possui sessenta e sete anos de idade, é juíza do Trabalho com atuação na Segunda Região (São Paulo – SP) desde de 1988 e Fabrícia possui trinta e nove anos de idade e é contadora da empresa pública X há doze anos. A Constituição Federal permite integrar o Tribunal de Contas da União

- (A) apenas Joana, porque Fabrícia não possui o requisito da idade.
- (B) apenas Joana, porque Fabrícia não possui o requisito de tempo mínimo de efetivo exercício na função de contadora da empresa pública X.
- (C) apenas Fabrícia, porque Joana não preenche o requisito da idade.
- (D) apenas Fabrícia, porque Joana possui conhecimentos jurídicos somente na área de Direito do Trabalho.
- (E) Fabrícia e Joana, uma vez que ambas possuem todos os requisitos exigidos pela Carta Magna.

34. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Orçamento

- (A) não terá, necessariamente, quadro discriminativo da receita por fontes e respectivas legislações.
- (B) compreenderá todas as receitas, exceto, as de operação de crédito autorizadas por lei.
- (C) poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender às insuficiências de caixa.
- (D) deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus totais, permitidas deduções.
- (E) não terá, necessariamente, quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

35. Considere as seguintes atribuições:

- I. Avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- II. Fiscalizar as aplicações estaduais em empresas de cujo capital social o Estado participe de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo ato constitutivo.
- III. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade.
- IV. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Estado e pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, dentre outras, as atribuições

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

36. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deverá apreciar as contas prestadas pelo Governador do Estado

- (A) semestralmente, não havendo prazo máximo estipulado pela referida Constituição.
- (B) anualmente, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
- (C) anualmente, no prazo de cento e oitenta dias, a contar do seu recebimento.
- (D) semestralmente, no prazo de trinta dias, a contar do seu recebimento.
- (E) anualmente, no prazo de cento e vinte dias, a contar do seu recebimento.



<p>37. Marta, servidora pública do Estado de São Paulo, ausentou-se do serviço público, sem causa justificável, por cinquenta e dois dias, interpoladamente, durante um ano. Neste caso, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Marta</p> <p>(A) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas foram interpoladas.</p> <p>(B) está sujeita à penalidade de demissão.</p> <p>(C) não está sujeita à nenhuma penalidade, porque as faltas não ultrapassaram sessenta dias.</p> <p>(D) está sujeita apenas à pena de repreensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.</p> <p>(E) está sujeita apenas à pena de suspensão e multa no valor de cinquenta e dois dias trabalhados.</p>	<p>40. Quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário, as contas serão julgadas</p> <p>(A) regulares.</p> <p>(B) regulares com ressalva.</p> <p>(C) irregulares.</p> <p>(D) irregulares com ressalva.</p> <p>(E) inconsistentes.</p>
<p>Atenção: As questões de números 38 a 40 referem-se a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.</p> <p>38. Com relação à Tomada de Contas, considere:</p> <p>I. A decisão denominada Final é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos da lei.</p> <p>II. O processo de tomada de contas abrange os ordenadores de despesa, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, sendo instruído internamente no Tribunal de Contas antes de seu julgamento.</p> <p>III. Os juros de mora a que forem condenados os responsáveis, bem como a atualização monetária, contar-se-ão sempre da data da mora ou omissão.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) III.</p>	<p>41. Marta, servidora pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tinha inimizade com uma de suas colegas de trabalho, Talita e, em razão disso, formulou representação acusando-a da prática de improbidade administrativa, mesmo sabendo da sua inocência. Nesse caso, dentre outras sanções, Marta está sujeita à</p> <p>(A) detenção de seis a dez meses e multa.</p> <p>(B) detenção de oito a doze meses e multa.</p> <p>(C) reparação material e moral, apenas.</p> <p>(D) reclusão de um ano e multa.</p> <p>(E) multa, apenas.</p>
<p>39. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</p> <p>(A) enviará, de três em três anos, à Assembleia Legislativa, no decorrer da segunda quinzena de Abril, lista de Substitutos de Conselheiro.</p> <p>(B) emitirá parecer, até o primeiro dia do mês de Dezembro do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.</p> <p>(C) não poderá funcionar desconcentradamente, por unidades regionais, tendo em vista a unicidade prevista na Constituição do respectivo Estado.</p> <p>(D) compõe-se de nove Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição do respectivo Estado.</p> <p>(E) elegerá entre seus pares um Corregedor do Tribunal de Contas, que terá mandato de um ano, permitida a reeleição.</p>	<p>42. Pedro, servidor público estadual, revelou fato de que teve ciência em razão das suas atribuições e que devia permanecer em segredo. Em razão disso, foi processado e condenado por improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/92, uma das sanções a que Pedro está sujeito corresponde à</p> <p>(A) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos.</p> <p>(B) perda da função pública que, nesse caso, é transitória e ocorrerá pelo prazo máximo de dez anos.</p> <p>(C) multa civil de até duzentas vezes o valor de sua remuneração.</p> <p>(D) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.</p> <p>(E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.</p> <p>43. O Diretor de determinada autarquia estadual contratou empresa para o fornecimento de material hospitalar sem realizar prévio procedimento licitatório, alegando situação emergencial. Em razão disso, foi processado por improbidade administrativa, tendo o Ministério Público demonstrado ser necessário, no caso, a realização de licitação. Em sua defesa, o referido Diretor apresentou três argumentos: (I) ser parte ilegítima para figurar no polo passivo de ação de improbidade; (II) inexistência de prejuízo ao erário; (III) inexistência de conduta dolosa, haja vista ter agido com culpa. No caso narrado, de acordo com a Lei nº 8.429/92,</p> <p>(A) todas as teses de defesa afastam a condenação por improbidade administrativa.</p> <p>(B) apenas o segundo e terceiro argumentos, caso confirmados, afastariam a condenação por improbidade administrativa.</p> <p>(C) apenas o segundo argumento, caso confirmado, afastaria a condenação por improbidade administrativa.</p> <p>(D) nenhuma das teses de defesa são passíveis de afastar a condenação por improbidade administrativa.</p> <p>(E) apenas o terceiro argumento, caso confirmado, afastaria a condenação por improbidade administrativa.</p>



44. O Estado de São Paulo publicou edital para a realização de certame na modalidade concorrência. Joaquim é cidadão e está acompanhando o mencionado certame. Nos termos da Lei nº 8.666/93, caso Joaquim constate irregularidade na aplicação da referida Lei,
- (A) poderá impugnar o edital até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (B) poderá impugnar o edital até vinte e quatro horas antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (C) não poderá impugnar o edital, pois apenas as empresas licitantes podem assim o fazer.
- (D) poderá impugnar o edital até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- (E) poderá impugnar o edital obrigatoriamente dois dias após a publicação do edital.
-
45. Júlio, Diretor de determinada autarquia federal, foi processado por improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/92, Júlio poderá ser afastado do exercício de seu cargo, quando a medida se fizer necessária à instrução processual. O citado afastamento
- (A) ocorre obrigatoriamente pelo prazo certo e improrrogável de quarenta e cinco dias.
- (B) ocorre obrigatoriamente pelo prazo certo e improrrogável de trinta dias.
- (C) só pode ser decretado por autoridade administrativa.
- (D) só pode ser decretado por autoridade judicial.
- (E) ocorre sem prejuízo da remuneração.
-
46. Nos termos da Lei nº 8.666/93, quando o valor estimado da contratação, para obras e serviços de engenharia, superar um milhão e quinhentos mil reais, a modalidade licitatória apropriada é a concorrência. Quando se tratar de consórcio público formado por até três entes da Federação aplicar-se-á
- (A) metade deste valor
- (B) o dobro deste valor.
- (C) um terço deste valor.
- (D) o triplo deste valor.
- (E) exatamente o mesmo valor.
-
47. Considere os seguintes serviços:
- I. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- II. Auditorias financeiras ou tributárias.
- III. Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos.
- IV. Restauração de obras de arte e bens de valor histórico.
- Nos termos da Lei nº 8.666/93, é inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição, em especial, para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, constantes em
- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.
-
48. João foi processado por improbidade administrativa, em razão da prática de ato causador de prejuízo ao erário. Após o recebimento da ação e citação de João, este apresentou petição em juízo propondo um acordo ao Ministério Público Estadual. Assim, ofereceu-se a pagar metade do prejuízo causado ao Estado por estar dentro de suas possibilidades financeiras. Nos termos da Lei de Improbidade, o acordo proposto é
- (A) possível, desde que comprovado que João não pode dispor de valor maior para quitar o prejuízo causado ao erário.
- (B) vedado, pois deve ser proposto e formulado pelo Ministério Público e não pelo réu da ação de improbidade.
- (C) inviável, vez que a Lei de Improbidade veda a transação, o acordo ou a conciliação.
- (D) admitido, desde que homologado pelo juiz, independentemente da concordância do Ministério Público.
- (E) possível, desde que o Ministério Público concorde com os termos da proposta.
-
49. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, a receita corrente líquida será apurada
- (A) somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze meses anteriores, incluídas as duplicidades.
- (B) utilizando-se a receita arrecadada no último mês do ano, acrescida de estudos técnicos e índices próprios, para se chegar a uma avaliação criteriosa.
- (C) somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos seis meses anteriores, excluídas as duplicidades.
- (D) utilizando-se apenas a receita arrecadada no mês em referência.
- (E) somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.
-
50. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, empresa estatal dependente é empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com
- (A) pessoal ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (B) pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (C) capital, incluídos aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (D) custeio em geral ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (E) pessoal ou de custeio em geral, não se destinando a pagamento de quaisquer despesas de capital, uma vez que há lei específica sobre o tema.



Noções de Administração Pública

51. Suponha que o órgão responsável pelo controle interno da Administração Estadual tenha identificado, em sede de auditoria anual *in loco* realizada junto à sociedade de economia mista estadual, desconformidades nas demonstrações financeiras da companhia que indicam que estas podem não refletir, adequadamente, a sua situação financeira e patrimonial. Uma dessas desconformidades diz respeito à conciliação de movimentações financeiras, o que ensejou a suspeita de potenciais desvios de recursos aportados pelo Estado perante a companhia. Diante de tal cenário, o órgão responsável pelo controle interno deverá
- (A) concluir os trabalhos de auditoria e adotar as medidas cabíveis, descabendo qualquer interação com o Tribunal de Contas do Estado.
- (B) suspender a auditoria até a manifestação do Tribunal de Contas do Estado a ser proferida no âmbito do exame anual das demonstrações financeiras da companhia.
- (C) dar ciência do ocorrido ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.
- (D) encaminhar os elementos coletados para manifestação prévia do Tribunal de Contas do Estado, como condição necessária para a conclusão dos trabalhos.
- (E) encaminhar a matéria à Assembleia Legislativa, com proposta de desaprovação das contas da companhia, cientificando o Tribunal de Contas do Estado.
-
52. Considere que o responsável pela consultoria jurídica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente tenha proferido parecer, em resposta à consulta formulada por órgão técnico encarregado de licenciamento ambiental, acerca dos requisitos jurídicos aplicáveis à situação narrada, correspondente a obras de transposição de águas entre reservatórios que abastecem a região metropolitana. Referido parecer jurídico
- (A) é, materialmente, um ato administrativo eis que emanado de órgão integrante do Poder Executivo, independentemente de produzir efeitos concretos em face de terceiros.
- (B) constitui um ato da Administração, porém não corresponde a um ato administrativo, eis que este somente se caracteriza quando possua efeito enunciativo.
- (C) constitui uma manifestação da função administrativa atípica do órgão jurisdicional, não podendo, portanto, ser considerado ato administrativo em sentido formal.
- (D) é, formalmente, um ato administrativo de natureza enunciativa, que produz efeitos jurídicos apenas no âmbito interno.
- (E) não é, materialmente, um ato administrativo em sentido estrito, dado que encerra uma opinião e não uma manifestação de vontade da Administração que produza efeitos concretos.
-
53. Determinada Autarquia estadual está procedendo a um amplo processo de reestruturação funcional. Nesse contexto, obteve a aprovação legislativa de um novo quadro de pessoal, contendo cargos efetivos e de livre provimento (em comissão) mais aderentes às necessidades identificadas para sua atuação presente. Diante de tal reestruturação, vários servidores, que já contavam com os requisitos legalmente exigidos, ingressaram com pedido de aposentadoria e, por outro lado, foram efetuados desligamentos de muitos ocupantes de cargos em comissão e admitidos outros, com perfil mais adequado ao desempenho das funções de assessoramento correspondentes. Paralelamente, foi realizado concurso público para a admissão dos ocupantes dos novos cargos efetivos criados. Considerando o âmbito de atuação do Tribunal de Contas do Estado no exercício do controle externo da referida Autarquia, os atos que devem ser submetidos à Corte, para fins de registro, são
- (A) as concessões de aposentadorias e os atos de admissão, salvo os relativos a cargos em comissão.
- (B) as aposentadorias e os demais desligamentos, apenas.
- (C) os relativos às contratações para cargos em comissão, apenas.
- (D) as nomeações/admissões para cargos efetivos, apenas.
- (E) as concessões de aposentadorias, apenas.
-
54. Determinada entidade integrante da Administração pública estadual pretende realizar, como etapa de seu planejamento estratégico, o denominado diagnóstico institucional. Utilizando as ferramentas disponíveis e descritas em metodologias consagradas, notadamente o *Balanced Scorecard* – BSC, caberá, em tal etapa, entre outros aspectos,
- (A) efetuar a análise externa, identificando ameaças e oportunidades, bem como a interna, apontando forças e fraquezas.
- (B) estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo e os cenários, do mais otimista ao mais pessimista, para sua consecução.
- (C) definir a visão de futuro da entidade, que corresponde à conjugação dos cenários e valores identificados.
- (D) identificar os valores da entidade, que correspondem às suas forças e fraquezas.
- (E) estabelecer a missão da entidade, que corresponde ao ponto onde ela deseja chegar.
-
55. Dentre as funções da Administração está a avaliação, que pode ser definida como uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou comparativo previamente definido. Nesse contexto, utilizam-se:
- (A) Critérios de eficácia, que avaliam a relação entre produtos e insumos.
- (B) Índices de efetividade, que indicam o grau de racionalidade no emprego de recursos.
- (C) Metas, que possuem o papel de descrever os objetivos estabelecidos.
- (D) Indicadores, que são parâmetros que fornecem informação mensurável sobre os resultados.
- (E) Padrões de eficiência, que são uma medida que atesta o grau de alcance das metas.



56. O controle da Administração pública pode ser definido como o poder-dever de fiscalização e correção exercido pelos órgãos aos quais é conferido, com o objetivo de garantir a conformidade de atuação com os princípios impostos pelo ordenamento jurídico. Nesse contexto, o controle dos aspectos de conveniência e oportunidade subjacentes à prática de atos administrativos discricionários
- (A) é vedado em sede de controle interno, que admite apenas a verificação de aspectos de legalidade.
- (B) é passível de ser exercido no âmbito do controle externo, salvo para verificação de economicidade.
- (C) é próprio do poder de tutela a que se submetem as entidades integrantes da Administração Indireta.
- (D) está presente no controle interno e constitui expressão da autotutela.
- (E) é decorrência da hierarquia e somente pode ser exercido por autoridade superior àquela que praticou o ato.
57. Dentre as funções da Administração está o planejamento, que, de acordo com uma das definições doutrinárias possíveis, consiste na *"determinação da direção a ser seguida para se alcançar um resultado desejado"*. Corresponde, pois, à *"determinação consciente de cursos de ação e engloba decisões com base em objetivos, em fatos e na estimativa do que ocorreria em cada alternativa disponível"* (LACOMBE, F. **Teoria Geral da Administração**, São Paulo: Saraiva, p. 70). Existem, contudo, diferentes níveis de planejamento, sendo um deles o denominado planejamento estratégico, o qual
- I. está relacionado à adaptação da organização a um ambiente mutável.
- II. é um processo de construção de consenso.
- III. possui o horizonte de tempo de curto prazo e prevê ações concretas.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) III.
58. O conceito de Administração pública pode ser estabelecido a partir do critério objetivo ou subjetivo. Conforme esclarece Maria Sylvia Zanella di Pietro, *pode-se definir Administração Pública, em sentido subjetivo, como o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado*. Nesse contexto, a atividade de organização da Administração pública pode compreender a
- (A) delegação de serviço público a sociedade de economia mista, como expressão de desconcentração funcional.
- (B) extinção de órgãos públicos, como medida de reorganização administrativa e redução de custos, por ato do Chefe do Executivo.
- (C) criação de órgãos públicos, independentemente de lei, como expressão da desconcentração administrativa.
- (D) instituição, por lei específica, de empresa pública, como expressão da desconcentração por serviços.
- (E) extinção de cargos públicos, quando vagos, por ato do Chefe do Executivo, como medida de organização e funcionamento da Administração.
59. Inconformado com o teor de decisão em processo de tomada de contas, proferida pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado, que julgou irregulares as contas do Município, pela não aplicação do percentual obrigatório de recursos orçamentários em Educação, o Prefeito, tendo constatado que a mencionada decisão baseou-se em erro de cálculo, poderá apresentar
- (A) pedido de rescisão, se a decisão já houver passado em julgado, observado o prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- (B) embargos de declaração, que, em tal situação, poderá ensejar efeito modificativo.
- (C) recurso ordinário, com efeito suspensivo.
- (D) pedido de revisão, se a decisão já houver passado em julgado.
- (E) pedido de reexame, sem efeito suspensivo.
60. Suponha que o prefeito de um pequeno município do interior do Estado tenha tomado a decisão de promover o recadastramento de todos os proprietários de imóveis residenciais, apontando, como motivação do ato, a necessidade de atualizar a base de dados para o lançamento de IPTU. Estabeleceu-se o prazo máximo de 10 (dez) dias para o recadastramento, que somente poderia ser feito na sede da Prefeitura e fixou-se uma multa diária pelo atraso. Considerando a precária estrutura de atendimento ao público, os cidadãos foram obrigados a permanecer por longos períodos em filas para o cumprimento do recadastramento. Muitos deles, inconformados, passaram a impugnar judicialmente a medida, alegando ofensa ao princípio da razoabilidade. O questionamento, com o fundamento apresentado,
- (A) deve ser apreciado em cotejo com o princípio da eficiência, que se sobrepõe ao invocado.
- (B) encontra, em tese, respaldo no ordenamento jurídico, permitindo verificar a adequação entre os meios empregados e os fins almejados.
- (C) não encontra respaldo no ordenamento jurídico, que predica a supremacia do interesse público sobre o privado.
- (D) somente encontraria guarida no ordenamento jurídico se comprovada a ocorrência de desvio de finalidade.
- (E) depende, para sua aceitação, da comprovação da ilegalidade do ato ou da afronta ao princípio da moralidade.
61. Insere-se entre as atribuições conferidas constitucionalmente aos Tribunais de Contas:
- (A) Definir e acompanhar o cumprimento de limites de comprometimento de receita com despesas de pessoal.
- (B) Fiscalizar renúncia de receitas e aplicação de subvenções.
- (C) Fixar e monitorar as metas para avaliação dos programas inseridos no Plano Plurianual.
- (D) Aprovar, mediante sabatina, a indicação de dirigentes de agências reguladoras.
- (E) Estabelecer limites de endividamento para as entidades integrantes da Administração indireta.



62. Considere que o Tribunal de Contas do Estado tenha julgado irregular procedimento licitatório e, conseqüentemente, o contrato dele decorrente, tendo em vista a inaplicabilidade da modalidade pregão, eis que, no caso concreto, o objeto não consistia em serviços de natureza comum. Em relação ao responsável pelos atos em questão, a decisão poderá
- (A) fixar sanção pecuniária apenas na hipótese de verificado prejuízo à Administração.
 - (B) determinar advertência, cabendo, apenas na hipótese de reincidência, a aplicação de sanções pecuniárias.
 - (C) conter, apenas, recomendação ou censura, com ciência ao superior hierárquico, descabendo sanção pecuniária.
 - (D) fixar multa, por violação a norma legal, independentemente da ocorrência de prejuízo à Administração.
 - (E) determinar a inabilitação para atuar como ordenador de despesa.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

63. Para o exercício financeiro de 2015, determinado município do Estado estimou a arrecadação da receita no montante de R\$ 348.500.000 e fixou a despesa em igual valor. Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, a discriminação da receita e da despesa constará
- (A) na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual.
 - (C) no Anexo de Metas Fiscais.
 - (D) na Lei do Plano Plurianual.
 - (E) no Balanço Patrimonial do exercício.

64. Um investidor aplicou 60% de seu capital sob o regime de capitalização simples, durante 10 meses, resgatando o montante correspondente de R\$ 23.490,00 no final do período desta aplicação. O restante do capital ele aplicou sob o regime de capitalização composta, durante 1 ano, a uma taxa de juros de 6% ao semestre e obtendo um total de juros de R\$ 1.792,20 no final deste período de aplicação de 1 ano. A taxa anual de juros correspondente à aplicação sob o regime de capitalização simples é igual a
- (A) 10,8%.
 - (B) 8,4%.
 - (C) 7,2%.
 - (D) 9,6%.
 - (E) 9,0%.

65. Considere que um título é descontado em um banco 3 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 18% ao ano. Sabe-se que foi utilizada a operação de desconto racional simples e o valor presente do título foi igual a R\$ 12.000,00. Um outro título de valor nominal igual ao dobro do valor nominal do primeiro título também é descontado 3 meses antes de seu vencimento a uma taxa de desconto de 18% ao ano. Se para este outro título foi utilizada a operação de desconto comercial simples, então o valor presente deste outro título é de
- (A) R\$ 24.830,00.
 - (B) R\$ 24.448,00.
 - (C) R\$ 23.435,70.
 - (D) R\$ 22.920,00.
 - (E) R\$ 23.951,40.

66. Em uma repartição pública, os salários, em reais, de seus 10 funcionários, colocados em ordem crescente são: 2.500, 3.500, 4.500, 4.500, 6.000, 6.000, 6.000, 7.000, 7.000 e 8.000. Denominando a média aritmética destes salários como Me, a mediana como Md e a moda como Mo, obtém-se que:
- (A) $Me = 2Mo - Md - 1.000$
 - (B) $Me = 4Mo - 3Md - 500$
 - (C) $Me = Mo + Md - 6.000$
 - (D) $Me = 3Md - 2Mo$
 - (E) $Me = Mo - Md + 6.000$



67. O processo orçamentário no Brasil compreende a elaboração dos instrumentos de planejamento, entre eles, o Plano Plurianual. Segundo a Constituição Federal, o Plano Plurianual tem a função de estabelecer
- (A) os critérios para limitação de empenho quando houver frustração das receitas orçamentárias em relação à estimativa do orçamento.
 - (B) as metas e prioridades da Administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - (C) as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e as condições para alterações da legislação tributária.
 - (D) as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.
 - (E) os parâmetros necessários à alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, de modo a selecionar os programas de governo a serem executados.
-
68. A Lei de Orçamento do município de Águas Geladas contém autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinado valor. Segundo a Constituição Federal, a Lei Orçamentária Anual compreenderá
- (A) as despesas correntes relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
 - (B) as obras cuja execução ultrapasse a um exercício financeiro, e a demonstração da origem dos recursos financeiros destinados ao pagamento das despesas.
 - (C) o orçamento fiscal, o de investimento das empresas estatais e o da seguridade social.
 - (D) todas as despesas correntes e de capital, e a autorização para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, renegociação das operações de crédito de longo prazo.
 - (E) as receitas e despesas de capital e a demonstração de sua compatibilidade com o Plano Plurianual.
-
69. Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa. A afirmativa refere-se ao princípio orçamentário da
- (A) independência e harmonia entre os Poderes.
 - (B) especificação ou especialização.
 - (C) exclusividade.
 - (D) anualidade ou periodicidade.
 - (E) unidade ou totalidade.
-
70. Considere as seguintes funções atribuídas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO pela Lei de Responsabilidade Fiscal:
- I. Proibir o Poder Executivo de abrir crédito suplementar no último quadrimestre do exercício financeiro.
 - II. Quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.
 - III. Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
 - IV. Avaliar a execução dos programas de governo, quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia.
 - V. Disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e III.